

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

ANTONIO CAUBI RIBEIRO TUPINAMBÁ (*)

RESUMO

O artigo constitui-se de uma reflexão teórica sobre a orientação vocacional a partir da literatura considerada sobre o assunto, levando também em conta a atuação do autor nesta área.

Procura traçar princípios teóricos que norteiam a ação de orientar, criticando certos modelos de orientação bem como sugerindo estratégias alternativas àquelas tradicionalmente presentes na literatura específica.

Sugere áreas de estudo que devem fazer parte das preocupações daqueles que teorizam e praticam a orientação vocacional.

THE QUESTION OF "CHOICE" IN VOCATIONAL GUIDANCE

ABSTRACT

This article analyses the different conceptions of vocational guidance in the specific literature, as well as presents the author's own experience in the field.

It tries to contribute to the theory that supports the practice of vocational guidance. Some of its models are criticized and other alternative models are suggested.

The article presents some crucial theoretical questions which should be considered by writers and practioners in this field of knowledgement.

"A espera não é uma esperança vazia. Possui a certeza interior de alcançar o seu objetivo. Só essa certeza confere a luz única que conduz ao sucesso. Isso leva à perseverança que traz boa fortuna e provê a força para atravessar a grande água.

Alguém se encontra diante de um período que deve ser superado. Fraqueza e impaciência nada conseguirão. Só o forte pode en-

(*) Professor Assistente do Departamento de Psicologia da U.F.C.

frentar seu destino, pois, graças à sua segurança interior, ele é capaz de resistir. Essa força manifesta-se através de uma incorruptível veracidade para consigo mesmo. Só quando se é capaz de ver as coisas diretamente, tais como são na realidade, sem se deixar enganar nem iludir, é que surge uma luz que permite reconhecer o caminho para o sucesso. A este reconhecimento deve seguir-se uma atuação resoluta e perseverante, pois só quem enfrenta seu destino de modo decidido o realizará. Assim, se poderá atravessar a grande água, isto é, tomar uma decisão e vencer o perigo.”

(I CHING)

1. INTRODUÇÃO

Existe a possibilidade de se caracterizar diferentemente a prática da orientação vocacional de um ponto de vista temporal, ou seja, no momento anterior ou posterior à efetivação da escolha.

Estes dois momentos suscitam expectativas e ações que lhe correspondem particularmente não podendo receber por este motivo um tratamento indiferenciado.

Avaliando-se a trajetória acadêmica dos estudantes que recorrem a um serviço de o.v. (1), os profissionais necessariamente indentificarão problemas de adaptação acadêmica, uma série de fatores originados na forma de enfrentamento da escolha realizada pelo estudante com implicações bem atuais.

Para o indivíduo a escolha de uma ou mais opções viáveis entre muitos cursos, carreiras ou formações profissionais que estão presentes no seu universo pessoal, exige a descoberta e definição consciente ou não de relações que o levam a reconhecer estas opções como aparentemente acertadas. Não é raro contudo a constatação posterior da utilização de estratégias e da elaboração de relações que conduzem a uma escolha incertada ou de base puramente imaginária, contribuindo isso para problemas de adaptação ou identificação com o objeto da escolha.

O início desta peregrinação profissional se dá como já afirmamos linhas atrás, num momento anterior àquele caracterizado pelo estudante como o momento da “verdade” (2). Supomos com isso que seu início coincide com aquelas escolhas casuais entre um ou outro curso, (ou outras metas), escolhas seguras e inquestionáveis, às vezes duvidosas, influenciadas ou atreladas a metas somente inteligíveis quando consideradas numa “perspectiva futura individual” (3).

Esses fatores antecedentes são multiformes e complexos, o que justifica o limite de sua análise no nosso presente trabalho.

(1) o.v. = orientação vocacional

(2) Momento da imposição social e pessoal para equacionar as possibilidades diante do futuro, visando definir a escolha.

(3) Procuramos compreender o termo “perspectiva futura” a partir do trabalho de Ottl (1976) cuja definição apresentamos a seguir (tradução livre do texto original):

O sistema educacional brasileiro já foi objeto de atenção de muitos estudos (4) tendo sido contudo objeto de poucas intervenções no sentido em que orientam as críticas aí contidas. A escola, preparando mão-de-obra para uma sociedade que cultua o êxito profissional não chega sequer a cumprir este seu papel preparatório elementar. E é exatamente neste contexto e com a finalidade complementar a este papel que se insere a orientação vocacional em sua maior significação atual.

Entre aqueles que chegam até o nível de concorrência para preenchimento do quadro estudantil universitário, observamos pertencerem aos setores mais privilegiados do ponto de vista sócio-econômico, mas igualmente desinformados e desavisados quanto ao critério da escolha profissional.

O próprio sistema seletivo dos futuros universitários não tem demonstrado ser eficaz do ponto de vista de seu objetivo de “proceder a escolha dos estudantes certos para a formação certa” se tomarmos emprestada esta máxima da administração sobre a seleção de pessoal.

Levando-se em conta o nível em que ocorrem as escolhas e definições sobre um próximo período que significa basicamente a preparação da vida profissional do indivíduo, contamos que essas escolhas estão impregnadas de preconceitos, fantasias e falsas elaborações das perspectivas futuras. Isso pode significar o aces-

“Perspectiva futura (. . .) é um sistema cognitivo construído por uma pessoa, um plano de ações para consecução de metas sintonizado pela pessoa com uma dimensão temporal subjetiva; é também um plano de ações relacionado no tempo.”

O termo pode ser melhor explicitado através daqueles elementos que o autor considera como as condições para sua definição e que podem ser encontrados entre as páginas 352 e 354 do seu trabalho:

- Fala-se de uma perspectiva futura em relação a uma pessoa “P”.
- A série de ações existente e o “acontecimento-meta” e seus dados temporais que são ordenados subjetivamente devem se encontrar no futuro.
- Os acontecimentos são representados e antecipados cognitivamente pela pessoa “P”.
- A “relação pessoal” dos acontecimentos não é descrita claramente como uma condição.
- A estruturação dos acontecimentos antecipados segue o conceito de “plano” que, como foi dito anteriormente, possui dados temporais imanentes.

O autor hipotetiza que existe um dado temporal subjetivo quando a pessoa representa cognitivamente um acontecimento e o antecipa. O acontecimento é futuro com relação ao momento da representação.

— A perspectiva futura ultrapassa temporalmente as situações imediatas contanto que os acontecimentos futuros ultrapassem o momento da antecipação.

— Sobre a relação da perspectiva futura com o passado o autor faz alusão ao ponto de partida (temporalmente compreendido) de onde a antecipação sai, como o elo desta relação.

“Pois acontecimentos futuros, ou melhor pelo menos um acontecimento-meta e uma ação antecipada se originam num outro momento, isto é, num momento ‘passado’ da concepção da meta, do ato de ‘antecipação’, da ‘expectativa’ etc., do ‘aspirado’, ‘planejado’, ‘esperado’, etc.; e num momento destes é onde a própria pessoa ‘se localiza’. . .”

— A definição da expectativa, desejo, meta e plano pertence à própria definição de perspectiva futura.

(4) Tomemos por exemplo os estudos de Wagner Gonçalves Rossi (1978), Otaíza de O. Romanelli (1978), Garcia E. Walter (1980), Clárcia Nunes (1980) etc. .

so a um círculo de confusões, culminando muitas vezes na impotência frente à escolha efetuada ou com uma persistência inócua frente ao nunca de fato escolhido.

O desenvolvimento deste processo de inadaptação ao curso ou à vida universitária se reflete na dificuldade em sobrepujar o que já vai sendo estabelecido aprioristicamente como obstáculos acadêmicos levando em muitos casos a uma confusão generalizada atingindo outras esferas da vida do indivíduo, conseqüências estas talvez jamais imaginadas no momento em que se processava uma escolha aparentemente acertada ou pelo menos a que parecia a mais estratégica.

Não é difícil retirar alguns exemplos deste tipo do mundo acadêmico. Opções por cursos cujo acesso é mais fácil poderão garantir a permanência na universidade protelando-se assim uma mudança para a formação que realmente se deseja. Uma conseqüência não rara desta estratégia é a consumação da vida acadêmica em empreitadas sem resultados tendo-se à frente dificuldades de ordem burocrática ou mesmo proveniente da relação inicial do aluno com o curso "ponte" que criam uma situação de desgaste e impotência.

Outras opções são feitas a partir da sedução do **status** e do êxito econômico atribuídos a certos cursos e sua posterior aplicação. As dificuldades acadêmicas que estão no percurso para a consecução do diploma, transformam o perseguido sucesso profissional num dilema ou numa meta muitas vezes inatingível.

Algumas correlações entre características pessoais e características ou demandas profissionais feitas à luz de uma análise idealizada do curso ou prática profissional parecem infundadas quando atentadas as relações objetivas pertinentes a esta análise.

Existem fatores que atuam na decisão do estudante sobre as opções que lhes são oferecidas. Muitos destes fatores desconhecidos ou negligenciados pelo estudante ou por quem o influencia poderiam ser objeto de exame de um procedimento da orientação vocacional, o que certamente contribuiria para avaliar decisões puramente imaginárias.

O tratamento da escolha poderá ter implicações positivas para o indivíduo em sua vida acadêmica ou profissional posterior, permitindo inclusive que órgãos que lidam com a assistência psicopedagógica aos estudantes transcendam a funções limitadas de remediar os males e corrigir os erros muitas vezes originados nestas escolhas casuais ou infundadas de um ponto de vista de suas interrelações.

2. FALAMOS DE UMA QUESTÃO DE OPÇÃO OU DETERMINAÇÃO?

Tomemos como ponto de partida para a discussão sobre as possibilidades de opção do indivíduo o contexto sócio-econômico em que se insere esta opção.

Para o esclarecimento desta preocupação consideramos o artigo de Silvio Duarte Bock (1987): "Escolha Profissional: Vocação ou Sobrevivência?".

O autor se debruça sobre uma questão que parece-nos oportuna, tendo em vista que um objeto tratado frontalmente pela orientação vocacional diz respeito

aos limites e à liberdade na escolha que desemboca numa preocupação em definir a possibilidade e a forma como o indivíduo lida com o ato de escolher. "É possível ocorrer uma escolha profissional, sendo possível, o que determina esta escolha?" (Bock, 1987). Bock afirma que este questionamento leva a preocupações de cunho filosófico e ideológico, considerados por ele ao longo do artigo.

O autor atribui ao homem a necessidade de se defrontar com a vocação tendo em vista a sua própria condição humana. Diferentemente do animal, o homem "não nasce com nenhuma vocação (no sentido biológico do termo), a não ser a 'vocação' de relacionar-se com a natureza e transformá-la segundo suas necessidades e interesses". Do ponto de vista histórico o autor sugere a passagem do regime feudal ao capitalismo como ponto chave para se falar de "escolha". Somente nesta passagem, afirma Bock, houve uma diferenciação clara entre sociedade e indivíduo, onde a burguesia sustentava a igualdade entre os indivíduos e que significaria possibilidades de liberdade de escolha.

"A ideologia liberal é o sustentáculo de tal posição. A liberdade, a igualdade de oportunidade e a individualidade são as três máximas que informam o período pré-monopolista do capital." (p. 15) Continuando: "Neste momento a escolha profissional é supervalorizada: Se tudo está nas mãos do indivíduo, a escolha (acertada ou adequada) é fundamental para que ele cresça e se torne produtivo, para alcançar cada vez mais melhores posições na sociedade."

Neste caso como afirma o autor, existe, para aqueles que compartilham desta teoria, uma supremacia do indivíduo frente à sociedade no que implica a determinação do seu destino.

Quaisquer diferenças que surjam no âmbito destas igualdades de oportunidades para todos serão justificadas pelas diferenças individuais.

"As diferenças que se encontrarão a partir daí serão explicadas pelas diferenças individuais. Desta forma, as injustiças engendradas pela ordem social serão compreendidas não como conseqüência da estrutura da sociedade, mas como resultante das diferenças entre os indivíduos. Se o indivíduo 'não se deu bem na vida' segundo os valores dominantes da sociedade, isto se deve a problemas de ordem individual." (p. 15)

Bock apresenta do lado de lá da "ideologia liberal" a crítica progressista que veio por em cheque a concepção liberal do desenvolvimento do indivíduo, ao mesmo tempo em que se questionava a escola como instituição mantenedora do "status-quo". Aqui a orientação vocacional é criticada por se apresentar teoricamente vazia de um conhecimento das sociedades divididas em classes antagônicas.

"Tais teorias partem de uma concepção de sociedade em que inexistem classes sociais. A sociedade é um todo harmônico, organizada de forma estratificada, isto é, existem vários extratos que se relacionam entre si e que possibilitam ascenso ou descenso social. O indivíduo pode, então, ascender socialmente de acordo com determinadas situações, usualmente motivadas por questões individuais (esforço, persistência, sorte, inteligência, esperteza etc.). A escolha profissional entra aí como importante mecanismo propiciador de mudança nas condições de vida do indivíduo." (p. 16)

Negando a liberdade de escolhas a crítica progressista reservará à orientação vocacional a análise do contexto em que vive o indivíduo e inclusive como e por-

que ele não pode escolher: "Em síntese, propõe o deslocamento do eixo da Orientação Profissional das escolhas para a análise do trabalho no modo capitalista de produção." (p. 16)

Uma saída para esse impasse dicotomizador entre atribuir ao indivíduo ou à superestrutura social as rédeas do seu destino está no que Bock considera de "enriquecimento da compreensão da relação indivíduo-sociedade." Considerando que existe um certo nível de possibilidade de escolha entre os indivíduos e considerando também como a sociedade funciona poderá se evitar a superposição desta relação indivíduo/sociedade de forma "mecanicista" como diz o próprio autor.

Sabemos que a formação e a prática do orientador vocacional podem estar impregnadas por um dos dois modelos apresentados a partir do trabalho de Bock, principalmente nas teorias educacionais que antecedem esta prática.

Bohoslavsky (1987) contribuiu para esta discussão sobre o indivíduo da orientação vocacional atribuindo-lhe um estatuto de sujeito em contrapartida a um estatuto de objeto que a seu ver está presente nas formas psicométricas de abordagem deste assunto.

Na sua tentativa de se contrapor ao cientificismo e medições na orientação vocacional o autor se coloca numa perspectiva que mais se aproxima da concepção liberal acima considerada, frente à compreensão do processo de orientação. Não se pode afirmar com segurança a existência de um espaço para o debate sobre o papel da superestrutura nesta sua preocupação numa magnitude necessária.

Transcreveremos a seguir algumas considerações do autor acerca dos modelos psicométricos (atuariais) em orientação vocacional e que claramente se opõem a suas perspectivas teóricas e metodológicas no tratamento da orientação vocacional.

"O erro maior destas suposições (5), que às vezes impregnam a orientação vocacional contemporânea, consiste em entender o homem como um objeto de observação, diagnóstico, estudo e orientação para o especialista. Bastaria reavaliar este único pormenor, para que toda a orientação vocacional mudasse de sentido. Quando se deixa de pensar no ser humano como 'objeto' de observação, diagnóstico e orientação (reator) e se o entende como um 'sujeito' (proator) de comportamentos, ver-se-á, ao mesmo tempo, algo que é comum aos homens e deixaremos de nos preocupar com o que os faz diferentes (o engenho, as faculdades, as aptidões ou os interesses); perceber-se-á, nos homens, algo que, mesmo vago, poder-se-ia chamar, provisoriamente, de sua 'capacidade de decisão', sua 'possibilidade de escolha'.

(5) Suposições que baseiam o modelo criticado como por exemplo a crença de que "as pessoas estão, por algum motivo, melhor preparadas para certas tarefas que outras", ou que o "ajustamento social pode ser estabelecido, quando se coloca o homem certo no lugar certo. . ." ou ainda que "se existem diferenças entre pessoas, torna-se necessário aconselhá-las a que se ocupem de tarefas diferentes" (p. 47)

Nesta abordagem cabe toda uma mudança do ponto de vista, principalmente porque incorpora à tarefa de orientação vocacional uma dimensão ética. A ética surge do fato de que, ao considerar o homem sujeito de escolhas, consideramos que a escolha do futuro é algo que lhe pertence e que nenhum profissional, por capacitado que esteja, tem o direito de expropriar." (p. 47)

De um lado temos um indivíduo preso aos resultados que a medição revela, mas livre porque pode realizar o seu engenho dentre as múltiplas possibilidades vislumbradas socialmente para esta individualidade. Do outro lado temos um indivíduo livre de determinantes psicométricos e que lhe é proporcionada uma situação em que emergirão naturalmente os indícios de suas potencialidades e possibilidades apontando para uma escolha identificada e vinculada e, por conseguinte, livre.

Na síntese do seu artigo, Bock apresenta um caminho alternativo e conciliador para as relações indivíduo x escolha x superestrutura que não deixam de repercutir sobre as peculiaridades e especificidades da orientação vocacional como as que anteriormente comentamos.

Este eixo alternativo de ação apronta um conceito de escolha mais abrangente e que não desconhece as possibilidades da escolha e nem tão pouco a multiterminação social destas escolhas.

3. VOCAÇÃO, APTIDÃO, INTERESSE E OUTROS CONCEITOS ASSOCIADOS À ORIENTAÇÃO VOCACIONAL.

Vocação já foi compreendida no contexto das sociedades onde o indivíduo em consonância com estas sociedades deveria ser apenas encaminhado para o que seus dons naturais apontassem.

Vocação passou a ser uma questão de importância com o nascimento do capitalismo, pois obteve seu lugar de destaque dada a sua relação com sucesso pessoal e êxito profissional.

Vocare, chamar, mandar vir, convocar, etc., são significados que comportam a idéia da pré-determinação. Vocação provém de "vocar, chamar, referindo-se ao chamamento divino. A idéia de ser convocado à existência e cumprir uma missão pessoal nela." (Muller, 1988 p. 15).

Qualquer que seja a preocupação atual em orientação vocacional encontramos um ponto em comum: não existe a pura intenção de se detectar vocação por ser uma espécie de "dom", cujo único trabalho do psicólogo será descobrir e aplicar as medidas técnicas corretas para encaminhar o orientando ao destino que lhe estaria reservado.

Vocação se constrói como a própria personalidade. Não é possível que num dado momento da vida sejam identificados os aspectos e as potencialidades do indivíduo definidores do que ele deverá fazer no futuro. O projeto poderá passar a existir inclusive a partir do próprio processo de orientação.

A partir deste desenvolvimento conceitual da orientação como processo foram se criando as condições teórico-metodológicas para se lidar com a complexidade deste fenômeno da relação indivíduo x perspectivas futuras. A determinação do que se é foi substituída ou enfraquecida com a preocupação com o que se pode vir a ser ou o que se quer vir a ser.

Desta forma medir as aptidões e os interesses pode se tornar uma falácia frente ao "vir a ser". Hoje se questiona muito mais estes dois elementos e suas implicações na definição da escolha.

Argylis (1957) na sua análise da personalidade humana atribui-lhe aptidões. Descreve ainda a relação entre aptidão e interesse na determinação do êxito nas tarefas a que se entrega o indivíduo. Seu texto procura inicialmente relacionar aptidão e necessidade, considerando a aptidão como as ferramentas com que a pessoa expressa e satisfaz suas necessidades.

"Pelo que se sabe, as necessidades desenvolvem-se em primeiro lugar. Em seguida, à proporção que a criança tenta, continuamente, exprimi-la, através de um trabalho obstinado, e pelo aprendizado, ela cria e aperfeiçoa as aptidões para exprimir as necessidades. Uma das maiores tarefas dos pais (e mais tarde, dos administradores) é ajudar o indivíduo a aprender a desenvolver aptidões adequadas à expressão de suas necessidades." (p. 46)

Sobre o interesse e o fator hereditariedade nas aptidões diz o autor:

"Os interesses são, geralmente, um produto da fusão de diversas necessidades. Esta fusão usualmente ocorre ainda na infância e é inconsciente. Os interesses, por conseguinte, são indícios das espécies de necessidades que as pessoas têm. Por exemplo: quem quer que tenha necessidade acentuada de ser independente, conquistar, saber coisas, pode vir a ser um bom cientista.

A hereditariedade nos transmite aptidões como a destreza e habilidades manuais. Poucas habilidades podem ser herdadas. A maioria das aptidões mais importantes é aprendida e desenvolvida em interação com outras. Isso ocorre, particularmente, em relação a aptidões tais como a liderança." (p. 46/47)

"As aptidões, em resumo, operam entre as necessidades e o meio ambiente, proporcionando, desta forma, a linha de comunicações para as necessidades." (p. 47)

Argylis faz ainda uma interessante incursão na confiabilidade dos testes psicológicos no que tange à sua proposta de medir as aptidões do indivíduo e no que diz respeito à utilização preditiva dos seus resultados:

"Em tese, os testes serão mais exatos e demonstrarão maior segurança e validade na medida em que se relacionarem com as aptidões do 'conhecimento' e, especialmente, as da 'atividade'.

Como, porém, as aptidões estão interligadas e se influenciam mutuamente de forma contínua, é difícil supor que um teste de 'inteligência'; por exemplo, não seja afetado pelas aptidões motoras da pessoa e, principalmente, por suas aptidões emocionais. É impossível realizar um teste para verificar apenas um tipo de aptidão. Se, por exemplo, for feito um teste de inteligência ou um teste de aptidão para solucionar problemas, poder-se-á, ao mesmo tempo, analisar a tolerância da pessoa à frustração, a aptidão em controlar suas emoções e inquietações e o nível de suas ambições. Assim, um resultado de teste torna-se realmente uma demonstração da inteligência da pessoa ou da sua aptidão de solucionar problemas, 'ao tentar "medi-la" sob um conjunto específico de condições externas e internas'. A inteligência da pessoa não foi, na realidade, medida. Tomou-se apenas uma amostra dela sob condições especiais." (p. 48)

Muller (1988) diferencia ainda o que se pode compreender pelo nível intelectual e rendimento intelectual do indivíduo, acrescentando ainda, baseando-se nas contribuições de Piaget, uma crítica à concepção estática do que seja o **pensamento** pela maioria das técnicas psicométricas: "(...) Estas, comumente, têm sido elaboradas atendendo a situações que podem ser resolvidas conforme a familiarização do sujeito com tarefas que dependem da escolaridade cursada ou do seu ambiente sócio-cultural. Por sua vez, a idéia de 'rendimento intelectual' considera que nem todas as atitudes de um sujeito podem ter tido oportunidade de manifestar-se, e poderiam chegar a pôr-se em evidência em condições favoráveis. As estruturas mentais da inteligência transcendem as funções ou desempenhos setoriais." (p. 41)

Fica contudo evidente a presença significativa desta terminologia na literatura especializada. Nérici (1988) considera, por exemplo, que a orientação em si passa pelo conhecimento do orientando sobre suas aptidões, interesses e habilidades, levando-se em conta ainda os valores e a personalidade do orientando ligados a um propósito de vida.

Quanto à relação aptidão x interesse consideraremos mais uma vez o trabalho de Argylis (1957) onde o autor acrescenta a necessidade de se esclarecer a correlação entre sucesso numa tarefa e aptidão apresentada para esta tarefa para se compreender esta relação. Aí deve ser considerado o fator motivação ou desejo apontado na direção da tarefa. Para o autor, resultados positivos ou negativos em avaliações de aptidão não podem ser os únicos indicadores para sucesso ou fracasso na ação futura do indivíduo: "Dessa forma, um bom resultado não deve, necessariamente, indicar um trabalhador altamente eficiente. De modo inverso, um resultado negativo não significa, de nenhuma maneira, que o examinado seja um trabalhador deficiente. Bem poderia ser que, por exemplo, o empregado de altas aptidões tivesse tão pouca motivação que essas aptidões jamais fossem plenamente usadas". (p. 48)

Para Weill (1987) o início de maturidade para o indivíduo proceder a uma escolha profissional correta depende exatamente da existência de uma congruência entre aptidão e interesse.

No caso da orientação vocacional este vínculo entre aptidão — interesse — profissão ainda é mais difícil de ser identificado através de medidas psicológicas. Detectar no indivíduo aptidões e interesses que tenham uma correlação positiva suficientemente forte para indicar uma profissão ou meta profissional específica seria negligenciar o caráter dinâmico de ambos: profissão e indivíduo. Daí porque inclusive o exemplo anterior citado a partir de Argylis onde mostra os interesses de um indivíduo como indicadores da existência potencial de um bom cientista é contraditório frente às nossas constatações.

4. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO ACERCA DAS PROFISSÕES.

"No fundo, ele é um detetive, embora algumas empresas já o tenham batizado de 'assessor de segurança'. Vasculha

lha, protege, investiga, cria armadilhas. Sua função não existiria sem o avanço da informática e é por dominar esse avanço que ele vem se tornando um profissional muito requisitado, especialmente nos países desenvolvidos. Sua missão: impedir que informações de empresas guardadas na memória dos computadores caiam nas mãos do inimigo. Imagine-se por exemplo, um 'inimigo' interferindo no sistema de um banco, onde todas as transações são processadas por computador. O caos que ele causaria dá uma dimensão do tamanho do mercado de trabalho que, nos próximos anos, espera pelos assessores de segurança. (...)" (6)

O que Célia Chaim⁽⁶⁾ nos proporciona com esta descrição dos novos profissionais de informática que despontam em função de uma "reviravolta que se desenha no mercado de trabalho para os próximos anos", é apenas um exemplo do dinamismo com que o orientador tem que lidar considerando-se este aspecto evolutivo das informações concernentes às possibilidades de realização do orientando. Não que o orientador necessite ser um banco de dados atualizados sobre carreiras, mas de certo será um fator decisivo para o curso em que esta busca se dará, a perspectiva dinâmica ou estática em que o trabalho de orientação se representará.

O anacronismo aparente em certos procedimentos poderá também significar simplesmente um respeito à realidade compreendida a partir de questões sobre as possibilidades de escolha do indivíduo como por exemplo, aquelas anteriormente discutidas à luz das idéias de Bock (1987).

A orientação vocacional tem necessariamente um paradeiro que foge aos limites da sala de atendimento. Ela consiste também de informações. Isso não somente em muitos casos onde a demanda do indivíduo pode estar limitada a um simples esclarecimento sobre uma profissão ou outra que pode levá-lo a uma definição, mas também em casos onde esta definição vai requerer um procedimento que pode ser caracterizado como "clínico".

Os manuais informativos sobre as profissões, carreiras, cursos e instituições podem ser aliados a atividades de pesquisa externa que despontam no curso da orientação.

Não é raro se desfazerem ou se criarem muitas dúvidas neste procedimento "informativo". Sabe-se que o caráter "imaginário" que determina as identificações com as escolhas é muitas vezes questionado quando o indivíduo entra em contato com dados objetivos sobre as profissões e outros elementos de sua perspectiva futura.

O vínculo poderá se desenvolver com o que realmente existe a partir deste momento esclarecedor dependendo também da própria capacidade ou disponibilidade pessoal já existente ou a que chega no desenrolar do processo para elaboração do real.

(6) Célia Chaim — Profissões do futuro chegam à universidade. Caderno Educação, Folha de São Paulo, quarta-feira, 16/maio/90, folha C-6

Nas suas análises das diferentes funções atribuídas ao entrevistador durante o processo da orientação vocacional, Bohoslavsky (1987) reserva também um espaço para a intervenção no sentido informativo. Aqui compreendida de maneira mais ampla, esta informação pode se refletir no próprio processo de orientação, o que podemos denominar de informações internas e que buscamos explicitar o enquadre (7), onde deverá ser realizado o "contrato psicológico" (8). Do outro lado encontramos as informações relacionadas ao mundo exterior, informações exógenas que podem ser compreendidas segundo Bohoslavsky (1987) por tópicos referentes à carreira, planos de estudo, oportunidades profissionais. (p. 139)

5. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: FUNÇÕES, ALCANCES E LIMITES

A busca de orientação vocacional tem geralmente um sentido mágico para o indivíduo. A sua realização não funcionará necessariamente como uma promoção de mudanças de percepção deste sentido caso não sejam considerados certos aspectos que abordamos a seguir.

Fórmulas precisas para mostrar o que deve ser escolhido ou para reforçar escolhas já feitas são as alternativas que de fato motivam o adolescente na busca do seu engajamento num processo de orientação.

A psicometria passa a ser a mitologia. Não é incomum se acreditar que os conflitos advindos de uma situação de crescimento, de uma busca de explicação para o sentido do que se é ou se pretende ser no mundo podem ser minorados ou solucionados pelos resultados que apontará uma bateria de teste e suas explicações.

O orientador se transforma num juiz de uma causa cujos únicos dados para análise estão limitados a uma melhor ou pior performance numa série de medidas psicológicas consideradas.

O que deveria ser um processo, um procedimento em sistema aberto (9) se transforma numa "prescrição de tipo médico ou mágico" (analogia também utilizada por Muller, 1988).

Tem-se atribuído ao orientador também um papel de esclarecedor de informações ou de escolha das ações que promovam um amadurecimento pessoal através do ato de orientar. Mostrar ou descobrir uma ou mais opções não pode ser contudo suficiente ou mesmo uma estratégia adequada quando significa o desvio

(7) Baseado em Bohoslavsky (1987) entendemos por enquadre a estratégia que contribui para a diferenciação dos papéis de entrevistador e entrevistado, um quadro de referência de que o orientador lança mão para dar forma ao processo e chegar a um diagnóstico a partir dos significados do comportamento do orientando.

(8) Schein (1982) observa ser necessária a explicitação de um contrato psicológico entre uma pessoa recém-recrutada e a organização recrutadora para esclarecer uma série de expectativas não explícitas que atuam de ambos os lados. A transposição deste conceito para o processo de orientação é possível por analogia.

(9) Compreendido a partir da teoria de sistema aberto de Bertalanffy e da utilização do conceito nas ciências sociais (Katz e Kahn, 1987).

da reflexão sobre a problemática e a elaboração da escolha. Não saber a origem e como a escolha se deu ou para onde se encaminha pode revelar a superficialidade do processo ou a ausência de um processo. A orientação vocacional está devidamente caracterizada quando a sua prática resulta numa incursão pela escolha e desejo do indivíduo, numa exploração da escolha feita ou potencialmente existente de forma a transcender a técnicas substitutivas deste processo que fogem a uma análise das potencialidades do indivíduo e de sua relação com a escolha. O resultado do processo mostrando-se através do amadurecimento individual dele decorrente, como por exemplo quando a ansiedade que dificulta a definição de metas não mais impede a visualização clara das possibilidades sobre o futuro e das ações que a elas devem conduzir.

Queremos dizer também com isso que os testes não podem substituir o amadurecimento pessoal para a escolha. A responsabilidade deve recair sobre o indivíduo e não externamente a ele. Um processo que contenha todas estas possibilidades poderá permitir fluir uma identificação do orientando com a escolha perseguida.

Bohoslavsky (1987) reforça a idéia de limite instrumental das medidas psicológicas neste processo como podemos ver a seguir:

"Se realmente tivéssemos idéia do quão pouco sabemos sobre os diferentes tipos de inteligência e atitudes, as diferenças entre tipos de interesses, etc., requeridos para determinada profissão, cairíamos menos vezes no erro de converter o número num fetiche e poderíamos restituir-lhe seu simples e 'humilde' valor instrumental.

Para corrigir esta distorção, bastaria pensar que, quando um adolescente vai à entrevista de orientação vocacional, de forma implícita (e às vezes explícita) demonstra que busca alguma coisa que o faça feliz. Talvez não chegue a dizer algo tão simples e empregue outro tipo de formulação (por exemplo, 'quero me realizar' ou 'quero fazer alguma coisa em que me sinta realizado'). Nunca, e nisto o adolescente é mais sagaz do que muitos psicólogos, limita-se a procurar **somente** o nome de uma profissão. O que vai 'buscar' é **algo** que se relaciona com a realização pessoal, a felicidade, a alegria de viver, etc., como quer que isto seja entendido. Os psicólogos estão acostumados a ver o que o adolescente é. O adolescente se preocupa mais com o que pode **chegar a ser**. Se assumimos isto, veremos que a tarefa de orientação vocacional se relaciona, necessariamente, com alguma concepção do homem." (pp. 48/49).

6. CONCLUSÃO

Levando-se em conta a complexidade das interações no âmbito do que denominamos de orientação vocacional e sem perder de vista a analogia com o concei-

to de sistema aberto vimos que esta orientação deve ser compreendida muito mais como um processo do que uma prática com um fim em si mesma.

Como vimos são múltiplas as questões que envolvem a compreensão deste processo. Falamos da liberdade de escolha do indivíduo a partir do seu papel de protagonista no processo. A visão de homem por parte do orientador, fatores extrínsecos mas permeáveis pelo processo de orientação como por exemplo, fatores sócio-econômicos e culturais são parte deste quadro de referência para esta compreensão.

Não é redundante frisar que ao entrar neste caminho o indivíduo pode iniciá-lo com concepções e expectativas confusas do que isso significaria para ele. Caso se prossiga dissecando estas concepções e expectativas não será difícil constatar que elas apontam num sentido de busca de identidade visando cumprir um projeto de auto-realização.

"Constatou-se que, numa sociedade como a nossa, a ocupação de uma pessoa, o trabalho diário que satisfaz as necessidades econômicas básicas, é um aspecto central do autoconceito da pessoa e uma fonte de auto-estima". (Schein, 1982, p. 62)

Esta busca impregnada de fantasias pode interferir positiva ou negativamente no amadurecimento do indivíduo, sendo este amadurecimento, como já falamos anteriormente, fator também resultante do processo de orientação para dar sustentação ou possibilitar vínculos com futuras perspectivas profissionais.

O fenômeno "orientador vocacional trabalhando junto ao orientando" na elaboração de ligações com o seu futuro pode significar a descoberta de caminhos que levam a uma relação positiva com estes planos e este futuro pessoal, implicando muitas vezes em melhores perspectivas de escolhas.

É inegável a importância de lidar com conteúdos e acontecimentos antecipados (do ponto de vista da análise de uma perspectiva futura pessoal) na busca de amadurecimento pessoal, da identidade profissional e no desenvolvimento de vínculos com as suas definições de cunho profissional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGYLIS, C. *Personalidade e organização — O conflito entre o sistema e o indivíduo*. Rio de Janeiro, Editora Renes, s/d.
- BOCK, SILVIO D. *Escolha profissional: Vocação ou sobrevivência?* In: 2.º ENCONTRO TÉCNICO DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DISTRITO FEDERAL, Brasília, março de 1987.
- BOHOSLAVSKY, R. *Orientação Vocacional*, A estratégia clínica. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- MULLER, M. *Orientação vocacional*, Contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
- KATZ, D. & ROBERT KAHN, *Psicologia social das organizações*, São Paulo, Atlas, 1987.
- NÉRICI, I.G. *Introdução à orientação educacional*; São Paulo, Atlas, 1988.
- OTTL, M.J.; *Individuelle Zukunftsperspektiven: Ein Überblick über theoretische Konzepte, Messmethoden und Ergebnisse empirischer Untersuchungen und ein Vorschlag zur Begrifflichen Neuformulierung*. Dissertation, Philosophische Fakultät der Universität Salzburg, Salzburg, 1976.
- SCHEIN, Edgar H.; *Psicologia Organizacional*; Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil, 1982.
- WEIL, P.; *Sua vida seu futuro*; escolha entre 600 profissões; Petrópolis, Vozes, 1987.